

COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Reunião realizada em 23/09/2021

13ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável

(6ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;

No dia 23 de setembro de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a décima terceira reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Débora Mateus Lima - Segmento 2 (3º Titular: Associação Artigo 19)
- Denise Crocce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular: Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Jucilene Leite Rocha - Segmento 1 (1º Titular: Fundação Abrinq pelos Diretos da Criança e do Adolescente)
- Denise Conselheiro - Segmento 2 (1º Suplente: Instituto Akatu)
- Marina de Freitas Teles - Segmento 2 (2º Suplente: Eccaplan Consultoria em Sustentabilidade)

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)
- Mariana Corrêa Barra (titular: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET)
- Marta Teresa Suplicy (titular: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Miriã Gomes do Nascimento (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)

- Viviane Cannechio Ferreirinho (suplente: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS)

Observadores que acompanharam a reunião:

- Lucas Roberto Paredes Santos (SMRI)
- José Roberto de Campos Lima (SME)
- Marina Medeiros de Oliveira Santos (SGM)
- Tatiana Rute Pontes Lima (SMRI)
- Malu Molina (SMRI)
- Thaís Brianezi (SVMA)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)
- Igor Pantoja (Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Fernando Antonio Beltrame (Eccaplan)
- Victor Queiroz de Mendonça
- Maria Helena Sozzi de Godoy (Subprefeitura Vila Mariana)
- Lethicia Souza Costa

III – Pauta do dia:

- Aprovação da ata da reunião realizada em 12/8;
- Aprovação da proposta final do Plano de Ação para consulta pública;
- Apresentação dos próximos passos para construção do Plano de Ação: textos introdutórios, validação pelos Gabinetes das Fichas de Ação e preparação da consulta pública;
- Informe sobre o status do Relatório Voluntário Local (VLR).

Marta: Bem, primeiro agradecer a presença de todos que já chegaram. Eu já vou pedir uma licença que eu vou ter que me ausentar daqui 1 hora. Mas eu sei que o trabalho hoje vai ser um trabalho de resistência, né, porque não vai ser nem de 1 hora nem de 2h e estamos planejando que talvez até ultrapasse esse tempo. Mas eu diria que nós vamos dar um salto gigantesco. Então eu vou colocar rapidamente as 5 ou 6 pautas que nós temos: que é a aprovação da ata da reunião do dia 12/08/21, a aprovação do conteúdo para o plano de ação, os próximos passos a serem discutidos, o informe de status do relatório voluntário local 2021, e um informe do evento de lançamento da Virada ODS. Bom também falar para vocês que eu fiquei pensando o seguinte: agora é a hora da gente colocar a mão na massa, né, colocar as ações em prática. Essa é a hora mais importante, porque se a gente errar agora, vai chegar em janeiro, fevereiro, ai meu Deus do céu, não foi feito. Então agora é hora de ver o que é factível, o que dá pra fazer e qual é o nosso compromisso nisso, e depois no nós vamos ter que fazer. E colocar também os comentários: na reunião de hoje serão discutidos os comentários de cada membro no documento final do plano de ação. Para depois - isso é muito importante - aí vai para os gabinetes para aprovação e depois vai para consulta pública. Então essas duas pautas, de ir para os gabinetes para aprovar e depois para consulta pública, vão ser abordadas na reunião do plenário do dia 14 do 10. Só que hoje já tem que estar tudo caminhando e mais ou menos pronto. Porque a gente não chega lá para discutir: é para apresentar e ver se ainda tem alguma coisa para mexer. Bom, o relatório voluntário local é um relatório anual que é enviado à ONU para demonstrar os avanços da cidade na implementação dos

ODS, então vocês já entenderam que nós estamos querendo mostrar que São Paulo é vanguarda nessa questão das ODS nós estamos fazendo tudo certo, gente, estamos com todas as secretarias engajadas, o prefeito está engajado, está indo em todas as coisas importantes, a Malu tá com a bola toda para fazer. Vamos ter sábado um grande evento, está todo mundo convidado. E depois nós vamos manter isso, esse aquecimento para fazer o ano que vem o nosso evento maior. Então nós queremos que quando chegra em nosso relatório que é voluntário, mas nós vamos fazer, porque vamos brilhar, no nosso relatório que nós vamos mandar para a ONU, a gente conseguir mostrar como é que nós temos um plano bom e como nós fizemos. Os passos que nós demos, que não foi pouca coisa, nos leva à implementação, porque tem que ter implementação, se ficar só no plano não vai dar certo. Mas quando a gente começar a implementar e mostrar as ações como estão programadas e fazer um check check list do que está sendo conquistado, vai ser um arraso. Eu acho que eu dei todas as notícias mais importantes e vou passar a palavra agora para representantes da Secretaria Municipal do Verde Meio Ambiente, a Thais Brianezi, que vai estar com a palavra agora para.

Thais: Muito obrigada, secretária. O nosso primeiro ponto de pauta e aprovação da ata da reunião anterior. Ela foi enviada para vocês no dia 18 do último mês, seis dias após a reunião. A gente não recebeu nenhuma contribuição por e-mail. Então gostaria de saber se está formalmente aprovada. Entendemos que sim. Consideramos aprovada, então, a ata. E aí aproveitar pra nossa propaganda de sempre, né: a página da Comissão Municipal ODS está atualizada, todas as atas das reuniões realizadas desde o ano passado são públicas e estão lá, assim como outros documentos, o link para que os cidadãos que queiram acompanhar aqui as nossas reuniões como ouvintes, as reuniões são abertas, o link também está lá disponibilizado. E além disso além dessa publicização, dessa transparência ativa no site, a gente também tem a publicação das atas, conforme o regimento determina, no Diário Oficial. Então esse processo tá seguindo. E eu peço só por favor que vocês não se esqueçam de assinar a lista de presença, para registrar formalmente a presença. O link já está aqui no chat. Obrigada. Eu passo agora então pra Secretaria de Governo para dar segmento.

Anna: Muito obrigada, Thais, boa tarde pessoal. Agradecer de novo a apresentação da secretária Marta e eu vou apresentar parte do plano de ação. Não sei se é a secretária Vivian quer fazer uma fala antes ou depois. Se não, eu já faço a apresentação do nosso esforço coletivo aqui, que a gente vai celebrar hoje.

Vivian: Acho que você pode falar, Anna, aí eu falo em seguida.

Anna: Combinado. É então hoje nosso grande objetivo é deliberar em conjunto sobre a aprovação do conteúdo mínimo do plano de ação. Foram ao todo formuladas 101 fichas do total de 135 metas que o município municipalizou no ano passado e publicou esse ano. Então é um esforço realmente bastante significativo dentro do nosso universo de metas que a prefeitura se comprometeu a monitorar nos próximos 10 anos. E todos tiveram a disponibilidade de olhar esse material ao longo da última semana. É um esforço realmente bastante extenso, porque a gente está se comprometendo a não só monitorar os indicadores, os 545, e para alguns deles monitorar também o desempenho no quadriênio, mas também monitorar um rol de ações que a gente ainda não conseguiu nem mesmo listar quantas são muito, em função do fato de que a gente está aqui e vai sair com a versão final. E aí o horizonte das ações é realmente ainda mais representativo do que o horizonte de indicadores e elas realmente apontam para a consecução do compromisso. O que construímos nos últimos meses foi um trabalho totalmente coletivo, feito no âmbito das 6 câmaras temáticas que a gente reeditou esse ano.

Thaís: Pode passar, Anna?

Anna: Na verdade, se você preferir que eu assumo o controle. Para mim travou o slide, não sei, acho que a Thais caiu. Eu vou projetar do meu computador. Vocês conseguem ver meu computador? [Sim. Pequenininho, mas dá para ver]. Ótimo, obrigada. Então na verdade esse quadro é um panorama geral, ele é uma introdução mesmo do nosso rol de metas e fichas de ação. E a nossa dinâmica do plenário agora, como é um conteúdo muito extenso, mais de 200 páginas, a nossa proposta é que a gente vá direto para aqueles comentários que tenham sido feitos e que demandam algum tipo de consideração, algum tipo de debate conjunto. A maioria dos comentários são de texto, revisão de alguma expressão, alguma formulação. Esses não necessariamente a gente discutir, mas a proposta é que a gente passe pelo arquivo em conjunto. Já tenho uma lista aqui das metas que tem alguma consideração que a gente precisa conversar em conjunto e aí, a partir do que aparecer nos comentários, a gente abre para discussão ou se não já vai validando, para sair daqui com um documento finalizado a proposta da comissão a ser submetida aos gabinetes para aprovação nas próximas semanas. E então aqui ao nosso arquivo. Eu vou ampliar só um pouquinho para vocês conseguirem ver melhor. Desculpa, só um minutinho, que está travando.

Gabriela: Quer que eu tente projetar?

Anna: Pode ser, Gabi.

Gabriela: E aí você vai me guiando pelo pelo arquivo, você vai me contando onde que a gente tem que chegar.

Anna: É a primeira meta, é um comentário da Marina. É uma proposta de alteração para ampliar a permanência escolar. Ótimo, então já resolveu. Ela comentou nos últimos minutinhos. É porque no texto estava acompanhar a aprendizagem e a proposta era alterar para ampliar a permanência escolar, para que houvesse correspondência com marco de atingimento. Perfeito, então acho que a gente resolveu. É a segunda proposta que demandaria algum tipo de conversa seria na 4.3. Vocês podem observar ao longo do documento que tem muitas sugestões de texto de revisão de formato e os coordenadores já fizeram um exercício de ler esses comentários e registrar abaixo quando eles estavam de acordo. Então é a 4.3: até 2030 assegurar igualdade de acesso e permanência para todos os homens e mulheres, sem exceção, à educação técnica e profissional superior de qualidade, gratuitos ou preços acessíveis, incluindo universidade.

Marta: Anna, agora eu estou vendo aí, cadê o EJA? Não tem EJA. E o curso de alfabetização para analfabeto?

Thaís: Tem uma meta específica sobre alfabetização, secretária. Aí nela entram as ações de EJA. Esse é um desafio da Agenda, não só dentro de cada meta de um determinado ODS, mas da Agenda como um todo, que há ações que estão vinculadas a uma determinada meta, mas também têm relação com outra.

Anna: O comentário da Marina é sobre os cursinhos escolares. Eu queria só checar se é possível acatar ou se isso implica alguma mudança na ação. Cursinhos populares, desculpa, eu falei errado.

Miriã: Boa tarde. Desculpa, eu estava com a conexão péssima. A gente não estava conseguindo abrir aqui.

Anna: Miriã é a coordenadora da Câmara de Temáticas Educacionais. Dá pra acatar essa sugestão? Então, com isso, a gente já resolveu também. A próxima seria 12.7. Quem fez comentários mais próximo do horário da reunião, por favor, se manifeste. Minha proposta é que a gente vá direto nesses que eu marquei e depois a gente volta, se for o caso. A meta 12.7 é uma meta para compras públicas sustentáveis e a atuação da gestão pública alinhada às questões de sustentabilidade. Na verdade, foi uma identificação na nossa própria Câmara Temática Eficiente, Inovadora e Criativa. Nós fizemos uma discussão bastante interessante no âmbito das compras públicas sustentáveis com a Secretaria Executiva de Gestão e identificamos algumas ações relativas ao laudo hoje emitido em relação aos veículos próprios da Prefeitura, identificamos uma ação para ampliação do sistema, hoje ele ocorre de forma presencial, então é possível ampliar o sistema para mais emissões fluírem no formato eletrônico. Há também uma ação específica sobre a regulamentação do descarte de lâmpadas hoje feito pela Ilumine, para que isso seja ampliado para outros órgãos da administração municipal. Então uma vez que essas ações tanto contribuem para o debate das compras públicas e dos procedimentos para adoção de práticas sustentáveis no gerenciamento seja da frota, da emissão de frota, quanto do descarte dos inservíveis, elas servem tanto para o aspecto das dos procedimentos sustentáveis adotados pela Prefeitura quanto para a discussão propriamente dita da redução de emissões e para a discussão propriamente dita da economia circular. Então há uma sobreposição entre essas ações. Elas aparecem tanto na 12.7, que fala de procedimentos e práticas sustentáveis, quanto na 8.4, que é de economia circular, e na 11.6, que é redução de emissões é da frota municipal. Então uma vez que essas ações aparecem duas vezes, a gente fez uma discussão na Câmara Temática, no caso da CT Eficiente, eles sugeriram manter essas ações relacionadas à meta de práticas sustentáveis, uma vez que são ações que a prefeitura promove para adoção de práticas sustentáveis. Mas são ações que também poderiam estar correlacionadas ao processo de redução de emissão de transição de frota e da promoção de outras ações relativas à economia circular. Então a discussão na verdade é mais onde a gente aloca, se a gente mantém essas ações na 12.7 ou se a gente mantém na 8.4, de economia circular, ou na 11.6, de poluentes.

Marta: E eu queria falar também. Posso falar?

Thaís: Pode falar, secretária.

Marta: Olha, não sei se tem algum item que eu não tenha percebido, mas nós temos uma questão agora, que já começou em São Paulo, que é nos prédios públicos mudar para energia solar. E na Educação, eu não sei se já começou a licitação ou se foi na Saúde, um dos dois. Hoje o prefeito falou, mas já está inserido que nós vamos fazer isso. Eu não sei se vai começar com 700 na Educação e 400 na Saúde, em UBS. Mas a gente pode inserir, porque é alguma coisa que já está na nossa capacidade, e a gente começou a licitar. Eu não sei onde que vocês podem colocar isso, se já está colocado em algum outro lugar, porque eu vi falar de iluminação, de outras coisas.

Gabriela: Maria Luiza, acho que a meta de energia, do ODS 7, ficou na sua Câmara Temática. Já foi prevista alguma ação nesse sentido?

Maria Luiza: A gente tratou de energia solar junto com a iluminação. Há a meta de trocar para lâmpadas LED, a gente está no processo para transformar a cidade inteira em lâmpadas LED, que já é um tipo de material que prevê a economia de energia sustentável. E há algumas vertentes de aplicação dessa energia solar na iluminação, mas ela não aparece com esse destaque na nossa ficha. Se vocês quiserem

a gente pode levantar essa informação com a Educação, ver o que nós temos já em termos de contrato, de obras que prevejam isso. E aí acrescentar como ação. Ru vou verificar internamente, também.

Gabriela: Eu acho que a proposta pode ser quando as ações chegarem nos gabinetes, se os gabinetes identificarem que está faltando alguma ação importante, eles incluem.

Marta: Vaamos fazer agora, já. Já está com a mão na massa. E aí chegando no gabinete, ele pode dizer se interessa ou não, mas a gente já propõe. Façam como acharem, mas eu acho que deveria já incluir.

Vivian: Maria Luiza, você pode entrar em contato com a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde? A Ana e a Gabriela podem fazer a ponte para você e até os componentes da Câmara Temática aqui. Mas essa ação que a secretária Marta está sugerindo a gente já incluir antes de encaminhar as fichas para os gabinetes, por favor. Obrigada.

Anna: Eu gostaria de consultar se a gente volta na 12.7 ou como é que a gente encaminha?

Gabriela: Acho que a gente poderia escutar se alguém tem alguma contribuição em relação a isso. O Wagner, não sei se ele tá na reunião, foi uma das pessoas que advogou pela manutenção das ações na meta 12.7. Não sei se ele está na reunião, se ele quiser comentar. Se não, qualquer outra pessoa que quiser comentar, a gente só precisa tomar uma decisão se a gente mantém essas ações na meta de promover práticas de contratação e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade ou se a gente leva essas ações para metas mais temáticas.

Thaís: Eu me escrevi aqui também. Então, agora falando como participante, não como secretaria executiva, eu advogaria também pela manutenção. E aproveito para chamar atenção para um ponto: depois a gente tem que olhar para a Agenda como um todo. Então não para dizer que não é importante, mas talvez até por isso o silêncio, é menos importante se vai ficar na 12.7 ou outra meta. Era o que eu dizia para a secretária Marta: tem um pouco esse desafio tem ações que elas servem a mais de uma meta, e aí a gente teve que encontrar critérios para definir onde ficariam. Nesse caso eu acho que se foi discutida na CT Eficiente e tem relação com compras públicas, fica aqui, mesmo. Mas vai ficar o desafio pra gente, no momento de apresentar esse conteúdo para consulta pública, mas mais que isso, né, eu acho que quando a gente for dialogar com a sociedade durante o monitoramento - que é um pouco o tema dos outros informes - a gente deixar claro que uma ação contribui para mais de uma meta. Para não ficar uma coisa super repetitiva, ela aparece uma vez só, mas ela contribui para mais de uma meta. Então é isso, fazer uma explanação geral. E meu voto é que continue aí mesmo, na 12.7, onde ela Foi discutida e tem relação. Alguém com uma manifestação contrária à manutenção? Se não, a gente segue assim, por enquanto. Anna, eu acho que você pode apresentar o próximo ponto. Miriã?

Miriã: Eu só ia fazer um comentário nesse sentido do que a secretária Marta está colocando, de que a gente preveja sempre a sustentabilidade. E no caso das construções dos 12 novos CEUs e das construções das escolas, enfim, a gente leva em consideração, na medida do possível, as questões de sustentabilidade. Só estou vendo com a área técnica quais são os termos, enfim. Eu vou consultar a técnica para isso, para ver se a gente completa a redação das ações de construção explicitando as tecnologias sustentáveis, acho que isso contempla.

Marta: E pode ser também, como critério de uma licitação, uma coisa assim de uma pontuação forte para critérios de sustentabilidade. Porque às vezes pode ser alguma coisa que não tem muito a ver com

sustentabilidade, mas tudo deve ter um pouco. Então tem que ficar claro que nós estamos priorizando o meio ambiente e sustentabilidade nessa Prefeitura.

Thaís: Obrigada, Miriã e secretária Marta. Secretária Vívian?

Vívian: Eu acho que, como disse a Thais, Gabi e Ana, a gente pode colocar nos textos introdutórios uma menção a isso, que quando a ação perpassa mais de uma Câmara Temática, a gente fez a opção para deixar em apenas uma, mas isso não quer dizer que as demais ações não têm um impacto naquela respectiva ação. Ou algo desse gênero. Só para deixar claro nos textos introdutórios que a gente fez essa previsão ao longo da discussão.

Thaís: Obrigada, secretária. Anna, estou entendendo - se alguém ainda quiser discutir esse ponto, pode abrir o microfone, levantar a mão, escrever no chat - mas estou entendendo que é pela manutenção da ação na 12.7. Então e a gente pode seguir para o próximo ponto. Aqui no chat o Estevão falou que quer comentar a 2.2, mas acho que a gente ainda não chegou lá. Quando a gente chegar, daí o Estevão já está registrado.

Anna: Isso. Na verdade a próxima é a 8.7, que é a mesma questão. É uma ação que poderia estar tanto em uma quanto em outra meta. Acho que a gente pode avaliar se tem o mesmo encaminhamento. A próxima já seria 2.2.

Thaís: Então podemos começar com Estevão, que já estava inscrito.

Gabriela: Isso. Só reforçando que essa 8.7, a gente tem uma ação específica para encaminhamento, no âmbito do programa Tem Saída, de mulheres migrantes em situação de violência doméstica. Como a gente tem uma meta de violência doméstica e uma meta de migrantes e uma meta que trata de trabalho forçado, então poderia se encaixar em várias das fichas. Então acho que é o mesmo cenário: a gente pode só avaliar se migra para outra meta e aí depois faz a introdução mais ampla. E com isso a gente segue para 2.2.

Thaís: Estevão, não sei se você nos ouve, se nos ouve, a palavra sua. Estevão deve ter tido algum problema com a conexão. Anna, pode seguir, quando ele retornar a gente abre.

Estevão: Oi. Já voltei, desculpa.

Thaís: Pode falar.

Estevão: Como eu tive que levantar, aqui, realmente me chamaram, estou um pouco perdido

Thaís: Estamos iniciando o debate sobre a meta 2.2. E estava registrado que você gostaria de falar na 2.2, então vamos começar a conversa a partir do seu comentário.

Estevão: Tá ótimo. Bom, boa tarde a todos, primeiramente. Eu vi os comentários da Gabi e já até alterei aqui. Realmente eu acho que foi um erro de formatação, mesmo. Então eu já alterei. Corrigi também uma pequena redação: na Agenda publicada fala em estatura e estava altura. Eu mantive a redação da publicação. E um outro ponto que eu queria falar da 2.2 em relação às ações. Eu fiz uma proposta de redação aqui, foi um pedido da equipe, em relação ao sistema de vigilância de saúde alimentar nutricional. Aqui a gente tem como uma das ações propostas "aprimorar a gestão da informação nutricional para subsidiar as políticas de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção". Que é uma ação importante, porque o sistema é novo, inclusive tem uma dificuldade de indicadores, por ser

uma sistemática nova de coleta de informação. E como marco, a pedido, eles sugeriram que a gente fosse mais específico na métrica, então a proposta da equipe técnica foi "Garantida no mínimo 25% a cobertura antropométrica de peso e altura de crianças menores de 5 anos atendidas na atenção primária à saúde". Nas supervisões técnicas de saúde, ou seja, a cobertura antropométrica, é justamente esse indicador que a gente avalia: a quantidade de registros de peso e altura em crianças menores em relação à população total atendida. A gente tem um problema estrutural, que é o baixo registro dessas informações, que dificulta muito o planejamento e a elaboração das políticas públicas. Então como marco foi colocado atingir para 2024 no mínimo 25% dessa cobertura antropométrica. É a proposta de alteração, porque estava um texto bem genérico de se aprimorar, então a gente já se compromete com algo a mais com esse indicador. A segunda alteração é uma alteração de redação. Está "Disponibilizar anualmente um relatório técnico do sistema de vigilância alimentar e nutricional sobre perfil alimentar e nutricional da população". Como marco, a publicação anual do relatório técnico do sistema. São esses 2 pontos que eu gostaria só de apresentar aqui. Como foram alterações de redação em relação à proposta encaminhada pela Câmara Temática, a gente considerou pertinente trazer para o pleno essa proposta, por ser um compromisso mais forte. Uma alteração de redação que a área considerou que deixa mais claro o produto, o marco de entrega da ação.

Thaís: Obrigada, Estevão. Levantei a mão pra perguntar porque o marco de garantir no mínimo 25% da cobertura antropométrica, que me parece tão completo e sólido, não pode ser a ação. Lembrando que o marco é uma informação interna, de monitoramento. Estou fazendo aqui uma pergunta barra proposta, se a ação não poderia ter o título do que hoje está como marco.

Marta: Também queria acrescentar uma pergunta. Uma coisa muito importante para alimentação é a merenda escolar. Isso está incluso no que estava sendo proposto? Porque nós temos que garantir para as crianças que estão mal nutridas a merenda escolar de qualidade. Se a gente pudesse dar uma visibilidade para o tema, eu acho que é muito importante.

Gabriela: Miriã, quer comentar? Posso levar lá só para a gente mostrar como que ficou contemplado esse tema na meta 2.1, de acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, incluindo crianças, a alimentos seguros, saudáveis, nutritivos e suficientes durante todo o ano. E as ações da Secretaria de Educação referentes à alimentação, em parceria com o Programa de Aleitamento Materno: instituir monitoramento do estado nutricional dos alunos de zero a 6 anos; garantir alimentação saudável a todos os alunos matriculados na rede, ampliando a oferta e a diversidade do cardápio; garantir o atendimento aos alunos que necessitam de dietas especiais; atender todas as crianças que entraram em situação de vulnerabilidade social por conta da pandemia de Covid com o programa Leve Leite e atingir anualmente a meta de investir 30% do Plano Nacional de Alimentação Escolar na aquisição de produtos da agricultura familiar para composição do cardápio nas escolas. E ampliar o número de escolas participantes do Programa Horta Pedagógica.

Marta: Nota 10.

Estevão: Perfeito. Respondendo à pergunta da Thais sobre a proposta de alteração da redação. Eu acho que pode ser, mas se a gente limitaria as ações de aprimoramento da gestão da informação. Talvez a gente pudesse deixar a ação nesse sentido de aprimorar a gestão da informação, porque isso contempla uma gama maior de iniciativas. O que a gente colocou como marco é o que a gente considera um mínimo, que é uma quantidade de registros minimamente representativo. Mas a própria Gabriela acabou de mencionar uma outra ação que poderia ser também realizada, né, de integração e

coordenação entre os monitoramentos dos sistemas de Saúde e de Educação em relação à saúde nutricional das crianças, que também estaria contemplada aqui nessa ação de aprimorar a gestão da informação nutricional, se a gente deixa assim.

Thaís: Perfeito, Estevão. Então já retiro a proposta, não precisa nem deliberar. Mas, de novo, só pra gente refletir, é algo que a gente ainda vai construir, no momento de a gente publicar o monitoramento, aí sim é importante concretizar o que foi feito. Porque a gente tem algumas ações que são genéricas, e eu entendi muito melhor quando li o marco do que quando li a ação a ação. Mas se mudar a redação limita o escopo, e a ideia não é limitar, pelo contrário, aí a gente fica com o desafio de no momento do monitoramento concretizar exatamente quais foram os feitos daquele período.

Estevão: Maravilha. Até porque para a ação o norte são os próximos 4 anos. Então anualmente a gente pode ir definindo alguns algumas metas parciais a serem alcançadas. Eu gostei muito dessa sugestão da Gabi. Eu acho que a gente pode buscar essa conversa com Educação para ver se consegue integrar, porque realmente está muito primário ainda sistema de registros de saúde nutricional, precisa de um empurrãozinho, de uma coordenação maior entre as secretarias.

Gabriela: Eu sou suspeita. Eu acredito muito que a Agenda 2030 pode ser esse lugar de integração das ações e de colocar para conversar os diversos setores. Então a gente identifica aí que vocês da Saúde estão fazendo o monitoramento do estado nutricional das crianças. Por acaso, olha, Educação também está fazendo. E aí acho que é esse espaço de interlocução, mesmo, de integração das ações. Eu me coloco à disposição para fazer a interlocução, para apoiar vocês no que precisar.

Estevão: Perfeito. Nas demais fichas da Saúde, tudo certo.

Anna: Então, não havendo consideração, a gente pode considerar aprovada a proposta de ajuste da Saúde. E a próxima ficha em que eu vi um comentário é a 3.2. É um comentário da própria Gabi, eu acho que talvez seja mais fácil ela apresentar.

Gabriela: É sobre o horizonte das metas. Na verdade, Estevão, é muito legal que vocês já colocaram a informação sobre o marco de atingimento de 2025 e 2030. Eu imaginei ou eu entendi que é um marco que está previsto no Plano da Primeira Infância e que é por isso que vocês trouxeram para cá. Eu imaginei que era isso e me perguntei se a gente tem uma previsão ou se a gente poderia ter uma previsão, dado que o horizonte temporal do Plano de Ação para implementação da Agenda 2030 é 2024, se vocês poderiam fazer uma estimativa do marco de atingimento para 2024. Se você puder contar um pouco mais sobre essa essa integração dos instrumentos que vocês estão propondo aqui.

Estevão: De fato, nós estamos fazendo um esforço de integrar as ações dos diferentes instrumentos. E também estamos construindo o Plano de Ação da Primeira Infância, e isso foi uma sugestão da Área Técnica da Saúde da Criança, que é a interlocutora formal nosso para o Plano Municipal da Primeira Infância. Realmente eu não tinha reparado o horizonte temporal de 2025, viu, Gabi, não tinha não tinha atentado a isso. Mas eu posso verificar, sim. Agora não sei se isso prejudica alguma coisa o andamento de vocês.

Gabriela: De jeito nenhum. Na realidade, mais informação é sempre melhor, né, então a gente fica feliz de saber que vocês estão planejando 2025, 2030. A minha sugestão seria que quando as ações da saúde passarem pelo gabinete da Saúde nas próximas duas semanas, vocês tentarem fazer esse ajuste. E a

gente devolve para a Comissão no dia 14 de outubro já com essa previsão parcial 2024. Então o meu encaminhamento seria vocês fazerem uma contra proposta quando o processo chegar aí.

Estevão: Certo, eu só não vou conseguir dar esse retorno agora.

Gabriela: Sem dúvida, realmente era uma proposta de encaminhamento de nas próximas duas semanas a gente fazer essa correção e trazer para a reunião do 14 de outubro.

Thaís: José tá inscrito.

José: Boa tarde, meu nome é José Roberto, sou da Secretaria Municipal de Educação. Só para fazer um complemento às falas até da Gabriela, quando fala da integração da Saúde com a Secretaria de Educação, até na questão lado nutricional. É que aqui, nas metas, cada um colocou a sua ação particular. Mas no Plano Municipal da Primeira Infância já está essa articulação, ela já consta. Apenas aqui foi um detalhamento das ações, como que cada um vai trabalhar a ação mesmo. Mas no PMPI já está articulado. Eu não sei se caberia colocar, fazer outro uma outra ação aqui nessa ficha, na Agenda 2030.

Gabriela: A minha sugestão é sempre que está previsto, se vocês estão prevendo no âmbito do Plano de Ação da Primeira Infância, fazer a integração entre com os dois instrumentos de planejamento, trazer para cá a ação que está prevista. Tanto que eu senti falta, eu olhei e falei: nossa, Saúde monitorando o estado nutricional das crianças e Educação também, por que não a integração?

José: Então, porque cada um está dentro da sua competência, da sua atribuição, essa integração ela ocorre depois, em outro momento. Cada um faz um tipo de monitoramento, mesmo, existe a especificidade da Secretaria. E a integração ela está ocorrendo, apenas não apareceu aqui escrito a forma como ela vai ocorrer. Porque a gente colocou a ação aqui descrita, o que cada uma vai fazer dentro da sua atribuição. Eu acho que aqui, até como uma satisfação aos munícipes, que eles possam até em termos de acompanhamento, fica mais claro para eles saberem o que cada um está fazendo. Colocado assim dessa forma separada, fica até mais claro para um acompanhamento público do que se eu colocasse: "vai estar fazendo tal ação tais e tais tais secretarias". Em termos de um monitoramento, vem questionamentos da sociedade civil, eu acho seria uma meta genérica que ficaria mais difícil de gerar esse acompanhamento. Mas se acharem melhor, a gente pode rever a redação.

Thaís: Eu levantei a mão pra dizer - obrigada, José - que esse é outro desafio que a gente vai ter, eu acho, na comunicação. Ele já se mostra aqui internamente. O Plano Municipal da Primeira Infância não dá para simplesmente fazer uma transposição, Gabi, porque ele tem um olhar mais macro, outra estrutura. A gente está pensando em colocar nos textos introdutórios que uma ação pode contribuir para mais de uma meta. E também precisa explicar que a Agenda Municipal 2030 bebe na integração de outros espaços de articulação. Ela potencializa, mas não é o único espaço de integração. E isso foi algo que nas Câmaras Temáticas a gente foi trazendo, na linha da fala da secretária Marta, que é importante a execução. Então tinha muita ação que a gente estava discutindo, por exemplo, né, José, Miriã, na Câmara de Temáticas Educacionais e que já está até iniciando, sendo articulada. Isso porque já estamos quase terminando 2021. E isso é importante estar no horizonte da comunicação. Até porque algumas Câmaras Técnicas tinham inclusive no material que nos foi encaminhado sinalizado, aberto uma coluna extra para explicitar "isso está também na Primeira Infância, está também no Plano Municipal de Arborização Urbana". Então foram colocando todos os planos setoriais que são, quase todos eles, também de articulação interinstitucional. Pelo nosso formato, para a sistematização, a gente retirou

essa informação. Mas a gente tem essa informação. Então eu acho que é uma informação importante da gente publicar, talvez não pra consulta pública. Porque aí muito detalhe e o cidadão se perde. Mas no momento do monitoramento, acho bem importante. Anna, acho que podemos seguir.

Anna: Certo. A próxima é a 3.4. E a dúvida também é de horizonte, mas no caso é o inverso, o horizonte do monitoramento é 2023. E também é um comentário da Gabi. Se ela puder compartilhar, acho que é mais fácil.

Gabriela: Claro. Na realidade é só porque tem 2 ações de esportes no âmbito da meta 3.4 cujo marco de atingimento estabelece uma ação para 2022. Então era só para - eu não sei se o Estevão consegue endereçar essa pergunta, porque foi discutido lá - se é isso mesmo, se a ideia é monitorar as ações em 2022, se é uma ação que vai ter continuidade em 2024.

Estevão: Essa é uma ação também proposta pela Secretaria de esportes, né? Sendo que eles colocaram como marco 2022 pra atingir esse patamar de 50 ações por ano. Então imagino que no desenho do planejamento deles, esse seja o ótimo a ser atingido até 2022. Mas eu posso encaminhar essa sua pergunta para eles avaliarem.

Gabriela: Se você puder encaminhar, eu agradeço, porque também a gente poderia usar essa oportunidade do processo de validação para checar, e nesse processo de validação também ver se alguns desses marcos de atingimento, eu estou bem na linha do que a Thais colocou, como compromisso numérico, muitas vezes está no marco de atingimento. Então estimular os órgãos a trazerem esse compromisso para a redação da ação, que é o que a população vai ter acesso no âmbito do Plano de Ação. A gente combinou que o marco de atingimento é uma informação que a gente vai ter para o monitoramento interno das ações, mas que a população vai ter acesso à ação. Então se a gente puder trazer esse compromisso numérico para a redação da ação, é interessante.

Marta: Eu posso interromper um minutinho? Eu vou ter que sair, mas antes eu queria fazer uma observação sobre a prática da atividade nos centros esportivos. Tinha uma coisa que existia quando os CEUs foram feitos, que eu vi que não existe mais e que era muito interessante, porque muitos dos ginastas olímpicos que a gente está vendo agora, eles foram criados nos CEUs, porque a gente tinha olheiro. Tinha olheiros que iam nos CEUs e viam quais as crianças que tinham super dotação para tal esporte e eram levadas para os centros esportivos. Que aliás eu vi que hoje o Dória parece que acabou com aquele centro esportivo na Vila Poeta. Você não cria ginasta ginasta olímpico do nada, tem que ser desde pequenininho. Quem está fazendo isso? Quais as nossas grandes escolas? Tem que ter infraestrutura, tem que ter nutrição especial, tem que ter condução. Não é fácil. Mas a gente pode gerar campeões. Eu vou ter que me desculpar, que eu só tinha essa possibilidade de ficar até agora, mas desejo um bom trabalho. Acho que está devagar, mas tá indo. É assim que nós vamos conseguir. Obrigada, gente, muito obrigada.

Thaís: Muito obrigada. A gente continua também com a Malu aqui na representação de SMRI e também com outros membros da equipe. Anna, se quiser seguir.

Anna: Bom, eu estou fazendo uma leitura dinâmica aqui. Eu vou propor então a gente ir para 10.3, para um comentário que foi feito agora, também. É se não me engano, é um comentário da Paloma. Para contextualizar quem não participou da discussão, a meta 10.3 fala sobre é reduzir a diferença percentual é entre a remuneração, o rendimento médio de negros e não negros. Reduzir as disparidades de acesso

à renda é um indicador que está bem fora da nossa governabilidade, então por isso que ele não teve indicador priorizado, porque não tem a gente não tem como fazer uma previsão para 2024. Mas a gente elencou ações que a gente acreditava que poderiam apoiar a promoção da igualdade racial no município de São Paulo. E a Paloma colocou se conseguiríamos garantir algum tipo de revisão, de inclusão dos dados desse indicador após a publicização do PPA, que está próxima.

Gabriela: A Paloma está falando do indicador que trata do percentual de recursos destinados à promoção - eu não estou com o nome do indicador na ponta da língua, mas acho que era para a redução das desigualdades em geral, não para a redução das desigualdades raciais. E foi um indicador cuja fórmula de cálculo foi proposta pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Se alguém tiver com a Agenda 2030 aí e quiser me contar qual é o nome do indicador. A gente não conseguiu fazer uma projeção de quanto seria investido em termos orçamentários nessas ações de redução das desigualdades, porque a gente não tinha não tinha o PPA fechado. Então não sabia quanto seria aplicado naquelas ações orçamentárias que foram elencadas por Direitos Humanos como ações que focariam na redução das desigualdades. Então a gente não conseguiu produzir a tempo e a Paloma está sugerindo que ele seja produzido. E minha sugestão de encaminhamento é nesse mesmo momento de encaminhamento para validação dos gabinetes, encaminhar para Direitos Humanos solicitando que faça a projeção da quantidade de recursos investidos, porque o PPA tem previsão de ser concluído agora no dia 30 de setembro. Então o processo vai estar em Direitos Humanos quando a informação for fechada. Então talvez a gente consiga fazer essa proposta a tempo.

Igor: Gabriela, é Igor. Posso falar?

Gabriela: Claro, Igor.

Igor: Qual é o prazo para envio para consulta pública?

Gabriela: A gente vai conversar bastante sobre isso quando a gente terminar de revisar as ações. Não tenho de cabeça, eu posso deixar aqui no chat. A gente vai ter a validação dos gabinetes de amanhã até o dia 30 e aí a nossa reunião do dia 14 de outubro vai ser sobre essas devolutivas e debate da divulgação da consulta pública, para que ela esteja disponível do dia 16 ao 31 de outubro.

Igor: Tá. O prazo do PPA é 30 de setembro, né?

Gabriela: Isso.

Igor: Eu acho que no dia seguinte já dá para começar esses cálculos, talvez.

Gabriela: A gente vai sistematizar os ajustes que foram feitos nas ações e vai encaminhar todas as ações de cada órgão para validação dos gabinetes. Então nesse momento eles têm a oportunidade de propor ajustes na redação das ações ou até mesmo a inclusão de novas ações, para que a gente avalie no dia 14 de outubro só os ajustes propostos pelos gabinetes. Para que esse material possa ser submetido à consulta pública. Nossa próxima reunião é para devolutiva da validação dos gabinetes e o debate de como a gente vai fazer, como cada um de nós vai fazer para potencializar a divulgação da consulta pública, para a gente ter um envolvimento da população nesse.

Igor: Legal, obrigado.

Thaís: Fui buscar o nome do indicador, é o indicador es 10.3.2, orçamento municipal destinado a ações de redução das desigualdades. Mas ele está em construção. O que será considerado ação para redução da desigualdade? Como será medida a territorialização, por exemplo? Tem mil questões operacionais, metodológicas. Então imagino que, Igor, não é tão simples. Eu tenho o PPA e no dia seguinte a gente consegue calcular o indicador. Porque a ficha técnica dele não está dada. Mas talvez valha a gente colocar uma ação se comprometendo nestes 4 anos a realmente ter um indicador, a terminar de construir esse indicador pra começar a acompanhá-lo.

Gabriela: Foi até um lapso nosso. Entre a elaboração do Diagnóstico de Indicadores e a publicação da Agenda. No diagnóstico da indicadores a Secretaria de Direitos Humanos já tinha proposto uma metodologia de cálculo. Então se vocês me derem um minuto, eu mando no chat a proposta de metodologia de cálculo de Direitos Humanos e o percentual que estava sendo aplicado lá naquele momento em que a gente fez o levantamento do Diagnóstico era algo em torno de 1,36%.

Thaís: Mas na Agenda não saiu, né, Gabi, e a Agenda é posterior ao Diagnóstico.

Gabriela: Na Agenda não saiu, de fato. E a gente só percebeu que não saiu quando a gente discutiu na Câmara Temática. Mas a existe a proposta de metodologia de cálculo proposta por Direitos Humanos e existe um valor base de investimentos em redução das igualdades proposto pela Secretaria de Direitos Humanos. E eles poderiam dizer: bom, estávamos investindo um vírgula x por cento do orçamento em redução das desigualdades e para os próximos 4 anos a previsão é de investir 2% - e não 1,36%.

Thaís: É isso? Então o cenário parece ser melhor do que esta na Agenda. A Gabriela está nos contando já tem uma proposta. Então talvez seja mais factível como Igor apontou. E eu acho que a gente podia deixar indicado, como deixou pra questão dos telhados com painéis solares, uma ação mais genérica para que daí SMDHC consiga validar.

Gabriela: Sim, com certeza. A gente pode até colocar aqui para eles avaliarem a questão de ampliar para x por cento o orçamento, desde que eles façam essa esse cálculo.

Thaís: Gabi, e eu acho que como não entrou indicador, eu acho que até mais que isso. Incluir a ação de reconhecer que esse indicador, essa metodologia é a metodologia que a Prefeitura adotará para o cálculo. Fazer uma validação dessa proposta, intersecretarial, talvez até com a Fazenda, por exemplo. Então eu acho que poderia também prever isso, né? Até pra depois desse ajuste, publicizar que o indicador que estava em construção agora existe.

Gabriela: Inclusive, nesse sentido, quando as ações vierem para a validação dos gabinetes, até a própria Secretaria de Governo tem uma ação, uma parceria com a Fundação Tide Setúbal para o PPA 2022 - 2025, para fazer uma proposta de direcionamento de recursos por subprefeituras, que têm índices sociais. E ela poderia entrar aqui porque é sim uma ação importante de destinar recursos para áreas da da cidade que precisam mais ou que tem é uma questão de desigualdade maior.

Igor: Esta é uma coisa conceitual. Ali no título do indicador, acho que vale especificar de quais tipos de desigualdades se está tratando. É que ainda não tem fechado, eu acho, mas depois vale complementar.

Thaís: Sim, é nesse sentido. Por isso que eu acho que que explicitar ação de fechar este indicador. É não só publicar mas validar, publicar a metodologia. Como são 4 anos, ótimo, podemos colocar as duas ações. Mas precisa fechar essa metodologia adotada e comunicá-la melhor, né? Como

encaminhamento, a gente pode deixar que a equipe de vocês pensa nessa redação, Gabriela, Anna, secretária Viviana. Como vocês estão nesse acompanhamento. E aí inclui para isso passar na validação do Gabinete.

Gabriela: Acho que sim. Pode deixar que a gente faz aqui.

Thaís: Tá ótimo. Obrigada. Anna, pode seguir, então.

Anna: Ótimo. Então é o mesmo que encaminhamento anterior, né? A gente registra para consultar a secretaria e validar com os Direitos Humanos. Em relação à 16.2 é um caso bastante semelhante, que também foi comentado pela Paloma, relativo aos indicadores que não apareceram no Plano de Ação.

Gabriela: Eu posso até comentar. Eu não sei se a gente tem alguma das pessoas representantes de SMADS. Não sei se Viviane está aí ou se a Mariana Brito está aí. Você consegue ver para mim, Anna? Quando estou projetando eu não consigo, se não atrapalho a visualização de vocês. Se alguma das duas estiver aí para comentar a nossa discussão. Se não, eu comento brevemente o que foi esse ponto que a gente sugeriu.

Thaís: Viviane, você nos ouve? Consegue falar agora? Gabi acho que você pode comentar, enquanto eu escrevo aqui no chat também.

Gabriela: Entendo, então, que essa meta 16.2 fala de proteger as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência. É um dos indicadores que foi selecionado para um monitoramento desse tema na Agenda Municipal 2030. É um indicador que diz respeito ao total de crianças no CADÚnico em uma determinada faixa etária, quantas estão sendo atendidas nos serviços da assistência social, quantas estão sendo atendidas nos Centros de Criança e Adolescente, CCAs, tanto nos centros CCIInter, que são os Centros Intergeracionais. Então é um percentual de atendimento, do total das crianças em situação de vulnerabilidade, quantas estariam sendo atendidas pelos serviços de assistência social. E o que acontece é que a gente tem uma ação prevista no Plano de Ação, que dialoga com o Programa de Metas, que fala sobre implantar 16 novos CCIInter, os Centros de Convivência Intergeracional. E uma parte dessas vagas nesse centros é ocupada por crianças. Só que quando a gente fez o cálculo de quanto impactava a expansão desse do aumento dessas vagas no percentual de atendimento das crianças, era um percentual irrisório, era um aumento de 12,4 para 12,5. Então a gente optou por não incluir como meta para previsão 2024. Não está previsto atualmente no planejamento da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência a expansão de CCAs, ou seja, de Centros de Crianças e Adolescentes. Apesar de ser um serviço muito importante, não há previsão de abertura de novos CCAs nos próximos 3 anos. Então a decisão dos responsáveis foi não inserir a projeção desse indicador, porque ela não reflete a realidade. Pode ser que sim via emendas parlamentares, via mobilização de outros recursos, entre na pauta dos próximos anos a abertura de novos CCAs. Mas nesse exato momento a gente não tem a previsão e por isso a gente não fez a projeção do indicador, porque ela não refletiria de fato a realidade. Então a Paloma registrou aqui que ela ficou preocupada da gente não ter a previsão de expansão da cobertura das crianças, porque a expansão do CCAs dialoga com a prevenção e proteção às diversas formas de violência esse público. É então foi isso. Essa foi a discussão na Câmara Temática. E não sei se alguém quer comentar, tem alguma dúvida, não sei se a Viviane tá aí, quer fazer algum comentário aqui.

Viviane: Desculpa, eu tive que sair um pouquinho. Vocês estão me ouvindo? [Sim]. Então, só complementando, acho que a Gabi explicou perfeitamente. Só complementando que vai haver algumas aberturas de vagas para CCAs, mas elas não estão previstas em nenhum desses planos. O que está previsto é a expansão de CCIter, que é intergeracional, das várias gerações. Então a gente optou por colocar as que estavam nos planos. Mas sempre há expansão de CCAs, inclusive por conta da parceria com a Educação. Mas a gente optou por não colocar essas vagas, uma vez que elas não estão previstas oficialmente em nenhum dos planos atualmente.

Igor: Qual que é o indicador, Gabriela?

Gabriela: Eu não eu não tenho aqui a informação, exatamente da redação do indicador. Mais uma vez eu peço para vocês, se vocês puderem, dar uma olhada na Agenda. Mas era qualquer coisa com relação às crianças, a aumentar o percentual de crianças em CCA em relação às crianças que estão no CADÚnico, que estão inscritas em famílias do CADÚnico. E a gente tinha um percentual de 12,4% e a meta para 2030 é chegar a 25%. A proposta na Agenda 2030 é que a expansão da cobertura das crianças, ou seja, do total de crianças que está em situação de vulnerabilidade... Eu não me lembro exatamente a redação, mas eu estou abrindo e a gente já vai olhar juntos. Achei aqui, isso, então a fórmula de cálculo desse indicador é o número de vagas em serviços de fortalecimento para crianças de 6 a 17 anos dividido pelo número de pessoas na faixa etária de 6 a 17 anos no CADÚnico. Então, do meu do total do meu público alvo da política, de quem eu deveria estar protegendo, quantas eu estou de fato atendendo nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. E o que foi estabelecido como meta para 2030 foi ampliar para 25%, tendo em vista o valor de 2019 de 12,4%.

Igor: Olha, acho que o que seria de bom senso talvez fosse colocar pelo menos um valor intermediário. Não exatamente colocar os 25%, que seria até 2030, já que esse Plano a gente está trabalhando até 2024. Mas fazer o que seja proporcional a esse período. Porque se não vai ter nada não, aí também não vai estar cumprindo aquilo que o indicador pede.

Gabriela: Claro, Igor. Mas a gente é fez um esforço muito grande não de só trazer para o Plano aquilo que realmente as secretarias conseguem se comprometer, no sentido de a gente ter um conjunto de ações realmente factíveis. E não está no planejamento da SMADS, até o presente momento, a abertura de novos CCAs. Então não existe a perspectiva de que esse indicador vá melhorar muito nos próximos 4 anos.

Igor: A gente falou que não está no planejamento, mas deve aumentar o número de vagas. Então a gente pode colocar uma orientação do quanto é a expectativa de que aumente.

Thaís: Eu levantei a mão. Igor, a gente vai monitorar todos os indicadores, os 545, anualmente, mesmo que não tenha um valor previsto para 2024. E a metodologia adotada foi que a gente só traz para ficha de ação, para o plano de ação do quadriênio, aquilo em que nível de gabinete foi possível se comprometer com o quantitativo. Então não é que há não, mas, assim, não há uma certeza de quantas vagas serão criadas, porque como explicou a Viviane não está ainda no macroplanejamento, não tá com essa luz de prioridade nos planos mais estratégicos. Mas não significa que não será feito, mas significa sim que não dá para fixar um número que o Gabinete assine embaixo. E se não dá, aí ficou de fora da metodologia o indicador ali na ficha, mas a gente vai acompanhar enquanto Comissão, enquanto secretarias, enquanto sociedade civil. E é claro que se a gente quer chegar em 25%, tem 12 ponto sei lá o quê, tem que melhorar nos próximos 4 anos. Enfim, só pra fazer essa fala, porque a gente sofreu um

pouquinho isso também na CT Educacionais, na CT SP sustentável. Quando eu não conseguia cravar um número, porque também não dá pra dar um número aleatório, o indicador não aparecia. Secretária Vivian é a próxima.

Vivian: Igor, acho que a Gabriela e a Thais já te contaram um pouco do esforço. Obviamente, quando você acompanha as Câmaras Temáticas, entende como a gente trabalhou. Mas tendo em vista a sua fala e sobretudo a fala da Viviane, eu acho que vale a gente reforçar com a SMADS agora nessa rodada de conversas com o gabinete que esse é um ponto que merece especial atenção, já que existe, enfim, algum planejamento, mesmo que não esteja aí dentro do nosso radar interno, que prevê essa expansão. E aí na próxima reunião a gente vê o que eles responderam, está bom?

Igor: Está ótimo, perfeito.

Viviane: Também me comprometo aqui a conversar internamente.

Thais: Obrigada, Viviane. Então acho que podemos seguir aí, Gabi.

Gabriela: Isso, eu estava no esforço de fazer uma leitura dinâmica. Eu peço desculpa que realmente está muito lento arquivo, mas na minha na minha busca eu não encontrei outro comentário que seja de algum âmbito de conteúdo, que demande algum tipo de mudança.

Anna: Só um pouquinho, Gabi. Tem uma menção só em relação ao marco de atingimento, mas eu já havia conversado com a Viviane, que considerou acatada a mudança do marco de atingimento, para se aproximar da meta. Então, na verdade, é só uma validação. A Viviane está aqui, acho que só confirmar com ela se é isso mesmo. Essa é a última meta que eu identifiquei algum comentário que demandasse algum tipo de debate em conjunto.

Gabriela: É que vocês resolveram mudar para vagas ofertadas, mas a gente discutiu na Câmara Temática que a gente ainda não sabia quantas vagas eram ofertadas, que a gente quer ampliar, que esse é o compromisso, mas que a gente ainda não tem a informação. Então talvez para o monitoramento precisa primeiro obter a informação.

Anna: Está bem. Para mim tinha sido aceita a sugestão. Talvez escutar a Viviane acho que é melhor nesse caso. Viviane, você.

Viviane: É verdade, desculpa, é verdade. Eu aceitei sem querer, que eu me atralhei um pouco na hora de aceitar os comentários. Mas é realmente como a Gabriela está falando. A gente não tem ainda um mapeamento, eu vou explicar um pouco do que se trata. São vagas para meninos em medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade. Então a nossa ideia é ampliar os locais. Por exemplo, eles podem trabalhar na Saúde, na Educação, em escola, em um posto de saúde, serviços em parques. A gente tem essas essas parcerias com outras secretarias, para que eles possam realizar essa prestação de serviços. Só que a gente não tem hoje um mapeamento de quantas vagas e aí a gente precisaria ter esse número, para até dizer quanto que é o número de vagas que a gente quer ampliar. Eu me confundi um pouco na hora, então acho que não dá para a gente aceitar isso, porque a gente hoje não sabe quantas são, para saber quanto que a gente poderia ampliar nessa parceria.

Thais: Obrigada, Viviane. Estou entendendo então que permanece como estava.

Anna: Certo, então eu vou registrar aqui embaixo que se mantém.

Thaís: E aí eu gostaria de perguntar se alguém fez algum comentário que queira trazer para cá. Como a Anna e Gabriela colocaram, todos os comentários que eram de ordem mais de redação ou ajuste metodológico, que não mudava a natureza o escopo da ação, os coordenadores e as coordenadoras de Câmara Temática já leram e foram sinalizando o que já estava okay. A gente trouxe para cá o que realmente precisava de amadurecimento, de deliberação nossa. Passamos por todos eles, mas agora é um momento que a gente abre pra quem tiver registrado algum comentário que gostaria de compartilhar ou se eventualmente alguém que leu mas não teve tempo de registrar o comentário, mas gostaria de trazer algum ponto pra cá. Se houver, que coloque no chat, levante a mão. Se não houver, eu gostaria de perguntar: então a gente considera aprovado esse conteúdo proposto pra circular entre os gabinetes e retornar aqui pra gente no dia 14 e, se não houver mudanças, é esse que irá para consulta pública? No dia 14, a gente só vai destacar alterações em relação a esse documento aprovado no dia de hoje. Então, por isso que é importante que se vocês tiverem alguma outra colocação, alguma outra sugestão de alteração das ações, esse é o momento. E, se não tiverem, gostaria de parabenizar o esforço de todos e todas. Eu acho que a gente tem um grande desafio agora, de implementação, de monitoramento, de dar a dimensão dessa riqueza na comunicação, no monitoramento participativo. Mas a gente está caminhando bem, até aqui conseguindo potencializar esse espaço. Então uma salva de palmas e consideramos então aprovada a proposta. A gente pode seguir com a reunião.

Igor: Thaís, só um minutinho, dia 14 então é o prazo para a consulta pública?

Thaís: Esse ponto está justamente nos próximos passos e a Anna já vai te responder.

Anna: Lembrando, então, que a gente está na nossa etapa de validação. Então a gente está no dia 23, aprovando o conteúdo mínimo. E haverá a reunião para devolutiva onde a gente vai passar pelos pontos de eventual ajuste na validação pelos gabinetes, no dia 14 de outubro. E no dia 14 a gente vai falar sobre a divulgação da consulta pública. Ela vai em ser iniciada, vai estar disponível a partir do dia 16 de outubro. Então é bem importante essa reunião, vou reforçar o comentário da Thaís, a ideia dessa conversa do dia 14 é que a gente tanto apresente o que que foi essa validação e a devolutiva desses pontos que a gente está registrando aqui como encaminhamento, mas também discuta com vocês as alternativas e as possibilidades de compartilhamento da consulta pública, uma vez que é um momento que a gente precisa muito do apoio da sociedade civil para disseminar e compartilhar nas redes e canais que vocês tenham. Então a ideia é que no dia 14 a gente trate dessa divulgação e de como é que a gente vai trabalhar em rede, para garantir que ela tenha o engajamento necessário. Então a próxima reunião vai ser no dia 14 de outubro. E aí, com uma perspectiva de aprovar a versão final pós consulta pública, lá para para o início de dezembro, no dia 9, será nossa última reunião prevista do ano. Então em termos mais concretos é de hoje até o dia 30 a gente vai deixar disponível para o plenário o arquivo dos capítulos iniciais do plano de ação. Então nós internamente também trabalhamos na minuta desse material, que é o material introdutório ao plano, e a gente vai deixar ele disponível também no formato online para comentários e revisões e eventuais complementações de vocês. É nas próximas semanas ,uma vez que nesse período a gente vai estar mais aguardando uma devolutiva dos gabinetes, então vocês do plenário, sociedade civil, vão poder ler o que a gente escreveu para entender se falta alguma

informação naqueles capítulos, naquele sumário que a gente já tinha apresentado de proposta, lá no início do ano, contando a metodologia do nosso processo de divisão em Câmaras Temáticas, do processo de integração dos instrumentos, o que é o plano de ação e como ele deve ser interpretado e lido, como é que essa informação é útil para quem está lendo o material. Então é importante, é muito importante, na verdade, um feedback de vocês. Se a forma como a gente está comunicando esse texto é acessível, se tem alguma outra informação que é importante complementar do nosso processo que foi totalmente participativo. Enfim, vai ficar uma semana disponível para vocês fazerem contribuições e sugestões. E amanhã nós terminaremos de fazer a sistematização dessa versão final que a gente está aprovando hoje. Então esse material agora a gente vai limpar, deixar só o conteúdo final e sistematizar num documento Excel, para que a gente tenha um controle mais próximo e mais sistematizado do material que a gente aprovou. E aí com esse material sistematizado, a gente vai submeter a validação dos gabinetes de amanhã até o dia 6 de outubro. Então eles vão ter duas semanas, mais ou menos, aproximadamente, para fazer os encaminhamento dessa validação do compromisso, eventuais ajustes em função das demandas que a gente já trouxe aqui. E aí no dia 7 de outubro a gente vai poder ter esse material compartilhado com vocês, para apresentar no dia de 14 de outubro com a nossa reunião de devolutiva da validação dos gabinetes e de debates da divulgação da consulta pública. É aí a consulta ficaria disponível do dia 16 de outubro até o dia 31 de outubro, segundo nosso calendário. E a terceira rodada das discussões das câmaras temáticas, que seria iniciada a partir do dia 8 de novembro. Então a gente precisa de um tempo para sistematizar as devolutivas, encaminhar às câmaras temáticas, organizar o material para ver a melhor forma de trabalhar essas sugestões. E aí com a perspectiva de conclusão até o dia 9 de dezembro, na nossa última reunião do ano. E com isso, na ânsia de publicar o documento até o fim do ano, com prazo ideal de 17 de dezembro. Então são as nossas datas propriamente ditas. A gente manda também por e-mail no material para vocês terem essa informação, mas é importante que a gente já sai daqui ciente dos próximos passos.

Thaís: Obrigada, Ana. Se você puder só voltar, eu queria só chamar atenção, se alguém tiver alguma dúvida desses próximos passos. Chamar atenção que a gente comentou ao longo do debate dos pontos em que a gente foi deliberando do documento, questões como eu lembro da secretária Vivian dizer: "Olha, é importante talvez deixar claro no texto introdutório que uma ação embora, aparece uma vez só vinculada uma meta específica ela pode contribuir para mais de uma meta"... então, estou chamando a atenção para a importância de a gente construir juntos e olhar para para esta minuta com esse olhar estrangeiro. Será que com isso, se eu apresentar para alguém, a pessoa consegue entender? Daí a gente até trazer os ferramentais de linguagem simples, quando a gente partilhar, a gente pode até partilhar os materiais do Programa Municipal de Linguagem Simples, que acho que nos ajudam, a gente, servidor, mas também a sociedade civil, a ver: será que eu tenho como tornar esse texto mais cidadão e amigável? A gente tentou fazer isso na CTs, foi onde a gente encontrou muita contribuição da sociedade civil de dizer: "Olha, mas isso não tô entendendo, mas se redigir assim eu entendo. E também juntar o informe da reunião passada, a gente trouxe um informe sobre o terceiro plano de governo aberto e agora a gente está falando que está chegando a nossa próxima consulta pública. Então para contar para vocês que as ações vinculadas à popularização da Agenda Municipal 2030 vão, sim, fazer parte do terceiro plano de ação em governo aberto. Ele ainda está em construção, mas já houve este alinhamento com gabinetes, inclusive com equipes técnicas. Então, sim, o nosso processo, os nossos compromissos de, por exemplo, ter todos os indicadores monitorados abertamente no ObservaSampa, de promover processos como a Virada Sustentável, sobre a qual daqui a pouco a Malu fará um informe, que ampliem esse debate sobre os ODS com a população, traduzindo um pouco esse tecniquês, tudo

isso estará no terceiro plano de ação em governo aberto. Acho que para a gente é uma vitória. E agora vocês têm tempo para pensar como vocês podem potencializar a divulgação dessa consulta pública, então convido a trazer ideias também pra semana que vem, que espaços ocupar, que estratégias utilizar para potencializar a participação nessa consulta pública. É aí é só contar também, que acho que é importante valorizar, que a Secretaria de Governo já iniciou o processo de coleta de dados para alimentar o ObservaSampa com os dados de 2020. Então eu acho isso bem importante, relevante, isso está em curso, não passa por aqui, porque é pelo âmbito do Geo Sampa, do Comitê de Indicadores da Cidade, mas tem total relação com o nosso trabalho, para a gente é fundamental. Então acho importante dar esse informe.

Anna: Nossa, Thais, obrigada pelo pelo lembrete. A Maria Luiza tá aí também, representante de SMUL, e sabe como foi o nosso processo de engajar as secretarias, de preparar os processos para pedir que cada Secretaria atualizasse o conjunto de indicadores com os quais se comprometeu a monitorar no âmbito da Agenda Municipal 2030. Então entraremos aí num processo de atualização de indicadores, de subir os indicadores no ObservaSampa. Eu acho que é muito interessante, porque os indicadores da Agenda é no ObservaSampa, a gente vai dobrar o número de indicadores constantes lá. É um volume de informação grande, um esforço da transparência, da divulgação. Reconhecer que isso exige da administração, dos órgãos, um esforço de comunicação, de sistematização das informações. Como vocês mesmos sabem, durante o processo, são informações que já eram monitoradas pelas secretarias ou que a secretaria já tinha interesse em monitorar. E que elas aproveitaram e potencializaram nesse processo com vocês de elaboração da Agenda Municipal 2030. Então esse é um momento bem importante, mesmo, esse processo de atualização ObservaSampa. Obrigada.

Thais: Se alguém tiver alguma dúvida do cronograma... não sei se tem alguém com a mãozinha levantada. Se não, a gente segue para as duas últimas pautas, que são de Relações Internacionais.

Lucas: Oi, pessoal, boa tarde. Se você puder manter a compartilhamento da tela, Anna. [Combinado]. Boa tarde. Como sempre é um prazer acompanhar todo esse processo e, como secretária Marta falou, eu estou envolvido na redação do VLR, na estruturação desse documento juntamente com a Anna a Gabi, que são minhas escuderias. O que eu queria trazer hoje é mais um informe de como que está o processo do VLR, o que a gente vai ter e quais são os próximos passos. Já está num processo mais de finalização do conteúdo, aí finalizar todo esse conteúdo até amanhã, ainda temos algumas pendências em relação a alguns ajustes no texto e também as cartas de prefácio, que são cartas do prefeito, cartas a própria secretária Marta. E a partir de então a gente vai entrar num esforço de diagramação, que vai ser feito por SMRI também num esforço de enviar esses documentos em português para a tradução. Acho que é importante contextualizar que no âmbito do projeto, apoiado pela rede de capitais iberoamericanas, é que estamos fazendo essa tradução. Então a partir do dia 4 iniciar esse esforço de tradução, de modo que as empresas de tradução entreguem no dia 22 de outubro os documentos traduzidos e a gente consiga fazer essa publicação até o dia 29. Ontem também eu conversei com a Gabi um pouco, e a gente vai conseguir apresentar uma versão mais diagramada e mais finalizada do documento em português na próxima reunião da comissão, no dia 14 de outubro. Então esses são os pontos de atualização com relação ao cronograma que eu tinha apresentado anteriormente. Ocorreram alguns atrasos, mas a gente está nesse esforço de conseguir cumprir esse prazo de publicar o VLR no mês de outubro ainda. E eu gostaria de trazer alguns destaques que eu acho que são importantes, que duas organizações da sociedade civil contribuíram com o VLR e terão suas contribuições adicionadas ao documento, que foram o Instituto Cidades Sustentáveis e a Liga Solidária. Essas duas iniciativas elas

serão adicionadas ao VLR no ODS 17, relacionado a parcerias. A Thais falou da atualização das informações para 2020. A Gabi obrigado fez esforço de entrar em contato com as secretarias e pedir a atualização desses dados, para que a gente publique o VLR com os dados atualizados até 2020. Então isso também é uma boa notícia, que eu queria destacar. E da minha fala, assim, eu queria agradecer todo mundo, Gabi, Anna, todas as secretarias estão envolvidas nesses processos em maior ou menor grau, todo mundo da equipe dos servidores, acho que o VLR é um grande esforço do município e esse ano a gente vai conseguir mostrar todo o trabalho que a comissão fez e que São Paulo tem feito com relação a tornar a Agenda 2030 uma diretriz de política pública para a cidade. É isso. Se alguém tiver alguma dúvida, alguma pergunta, eu estou totalmente à disposição para responder.

Thaís: Obrigada, Lucas. A Marlene tá com a mão levantada. Marlene.

Marlene: Olá, boa tarde. Tudo bom, Lucas? Lucas, em relação ao VLR, à participação da sociedade civil, elas serão contempladas? Eu não entendi essa parte: como será?

Lucas: A gente durante o mês de setembro, a gente teve uma oficina no dia 19, no mês de agosto, aliás, a gente já teve uma oficina no dia 19 de agosto, que a sociedade civil participou. E a gente abriu para contribuições ao VLR. Aí a gente recebeu essas duas, do Instituto Cidades Sustentáveis e da Liga Solidária.

Thaís: Lucas, a Marlene é da Liga Solidária, foi ela que mandou o texto.

Lucas: Tá ótimo, então. O parágrafo que você enviou vai ser adicionado integralmente.

Marlene: Ai, que legal.

Lucas: A gente pensou de inserir no ODS 17, justamente por isso, de facilitação de parcerias. Porque a gente fala muito de parceria multissetorial, muitos stakeholder. E eu conversei um pouquinho com a Gabi e a gente achou interessante colocar no ODS 17 como uma das ações que estão sendo desenvolvidas em conjunto com vocês da sociedade civil. Então vai ser vai ser isso, vão estar os dois textos lá, um de cada cada organização.

Marlene: Ah, legal. E a gente vai conseguir ver o boneco do VLR antes? Como é que vai ser?

Lucas: Bom, durante a reunião aqui da comissão, estava pensando justamente nisso, de compartilhar na semana que vem um draft inicial. Porque como a gente inseriu as tabelas de indicadores, as tabelas acabaram demorando um pouquinho, estão em processo de diagramação, elas vão levar um certo tempo para ficar diagramado bonitinho. Mas na semana que vem se a gente tiver já esse esse documento mais fechadinho para ser enviado para tradução, já compartilho com a Gabi, acho que ela pode compartilhar com os membros da Comissão o documento em PDF para todo mundo já ter uma ideia do que vai estar presente no VLR.

Gabriela: Eu consigo compartilhar com vocês. Marlene, eu fiz alguns ajustes no seu texto para explicar quem era a Liga Solidária, que não estava aparecendo. Porque como é uma comunicação internacional precisava contar quem era a Liga. Então eu fiz uns pequenos ajustes no texto que você mandou, mas eu posso te mandar para você ver como fica.

Marlene: Vou adorar receber, sim, obrigada.

Lucas: Ótimo, Marlene, agradeço a pergunta e espero que tenha ter respondido. Se tiver mais alguma dúvida.

Thaís: Obrigada, Lucas e Marlene. Acho que podemos seguir para o informe da Virada ODS. Malu.

Malu: Perfeito. Obrigada, meninas. Bom, gente, esse sábado agora, que é o dia de ação global pelos ODS, nossa Secretaria de Relações Internacionais, com o apoio da ONU, vai lançar a política pública Virada ODS, que a gente apresentou um tempinho atrás aqui para vocês. Desde a última vez que nós apresentamos aqui para o plenário da Comissão, recebemos diversas contribuições, fiz algumas reuniões com membros da Comissão que me procuraram. Mas também recebemos contribuições de diversas pessoas de fora, também de outras secretarias e tudo mais. E a ideia de fazer esse lançamento agora é justamente para que a gente consiga ter um período bacana de participação e engajamento cívico para a construção da Virada. O primeiro evento presencial da Virada ODS está previsto para acontecer em julho do ano que vem, no final de semana dos dias 7, que é uma sexta, até o dia 9, que é um domingo. Então essa é a data. Mas terá todo um processo participativo até lá, de construção da programação, do programa de Embaixador ODS, do Eixo Cultural, das exposições, enfim, de todos os outros pontos que eu apresentei aqui para vocês. Então esse evento vai ser online, vai ter uma pequena parte presencial, mas bem pequena, mesmo. A maior parte das pessoas acompanharão online. Então eu queria convidar vocês para acompanhar esse evento, que vai ser sábado à partir das 10 da manhã, com previsão de encerrar é por volta de 11h30, meia meio-dia. Então a gente vai só para também é falar um pouco dos detalhes, a gente lançou hoje nas redes sociais da Virada mais detalhes sobre o evento. E a gente vai postando também aos poucos mais detalhes sobre essa política pública, após o lançamento oficial no sábado. Acho que é legal comentar um pouquinho com vocês também da programação. A gente vai ter uma mesa, a primeira mesa vão ser convidados do governo. Então a gente tem confirmado o prefeito, a secretária Marta Suplicy, a secretária executiva Vivian Satiro, secretário Fernando Padula, de Educação, secretaria da Cultura, secretária de Justiça, secretária Silvia Grecco, também, da Pessoa com Deficiência. E a gente está uma participação online prevista da secretária Aline Cardoso, de Desenvolvimento Econômico, secretário Juan, da Inovação e Tecnologia, e uma participação especial também do Rodrigo Ravena, chefe de gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Além dessa mesa de governo, a gente também vai ter uma mesa com representantes internacionais e também com representantes da sociedade civil. Então gente vai ter o Carlos Pereira, diretor executivo da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a gente tem o Noel Oliveira, que é o diretor regional da América Latina da C40, e também a gente vai ter, além dessas redes, uma participação da embaixadora da ONU Mulheres no Brasil, e a Cris Monteiro, que é vereadora aqui na capital e também é vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais da Câmara de São Paulo, o Jorge Abrahão, que também faz parte aqui da Comissão, presidente do Instituto Cidade Sustentável. Também foi convidado para fazer uma fala o Rodrigo Perpétuo, que é secretário executivo do ICLEI, o Paulo Borges, que é o diretor criativo da São Paulo Fashion Week. E nós estamos com um projeto em parceria com ele e também com Milão. Então Mateus, que é vice-presidente de uma escola de moda lá na Itália vai participar. Eu vou fazer uma fala conjunta para contar um pouco mais sobre esse projeto de moda circular e moda sustentável, que também tem uma participação especial da fundação Ellen Macarthur, que também terá um representante. E por fim o representante do programa de meio ambiente da Bloomberg Philantropy. Então essas são as pessoas que estão previstas para fazerem falas. Eu gostaria muito que você todos vocês pudessem acompanhar. Quem também, claro, não puder acompanhar online, o vídeo depois ficará disponível. Esse é só o lançamento, para a gente construir esse processo juntos. Foram ótimas as

reuniões que eu fiz com alguns de vocês e fico à disposição para marcar também com o resto do pessoal que ainda não deu pra gente falar. É isso, gente.

Thaís: Obrigada, Malu. A Maria Helena, aqui da Subprefeitura Vila Mariana, disse no chat que gostaria de poder colocar no site material. Então acho que podia complementar, né, se já há algum material para divulgar. E aí colocar as assessorias de comunicação em contato e repassar esse material. E aqui também a gente informa que em breve receberão os links, quem conseguia acompanhar amanhã vai receber o link por e-mail. Ou já tem um link que a gente possa partilhar? Só pra dar esse encaminhamento final, né?

Malu: Perfeito. Eu vou mandar no grupo logo mais o convite e também os links todos. Mas a transmissão será pelo YouTube, então acho que esse é o link principal para acompanhar. Então vai ser bem tranquilo, é só entrar no link do YouTube que está lá SMRI. Maria, não sei se você está no grupo, mas eu posso te mandar, sim, os materiais que nós temos. No caso, a gente tem as redes sociais e esses materiais de divulgação.

Thaís: Obrigada. Marlene, pode falar também, levantou a mão.

Marlene: É uma pergunta. Diz aqui que no evento a participação vai ser por e-mail. Como seria isso? A gente vai mandar e-mail? não entendi.

Thaís: Na verdade acho que está escrito errado. Não é que a participação será por e-mail, é que receberão por e-mail o link para participação, Marlene. A ordem está dificultando a compreensão.

Marlene: Tá ótimo, obrigada., a Gina.

Thaís: Obrigada, Malu. E na propaganda do governo aberto, uma ação que inclusive também consta é Virada ODS, consta como compromisso no terceiro plano de ação em governo aberto. Então aqui é apenas o lançamento, como a Malu colocou e ela já está em diálogo com vocês e permanece de portas abertas para ampliar, inclusive, o diálogo. Então aproveito para parabenizar, porque acho super importante para a própria Agenda em si, pra conseguir tirar do papel essas ações que a gente acabou de pré aprovar aqui, essa articulação em nível de gabinetes, também. Neste evento de amanhã teremos praticamente todos os secretários e secretárias, além do prefeito. Então para a popularização é ótimo, mas para Agenda também é muito importante. Então acho que é algo a comemorar também. Se a gente não tem mais inscrições, então a gente encerra aqui a reunião e agradece. Eu passo pra secretária Vivian fazer o encerramento.

Vivian: Obrigada, Thaís, obrigada a todos e a todas presentes. Dos informes que foram dados, eu só reforços que vocês procurem em suas instituições ver qual a melhor forma de contribuir com a divulgação do consulta. Para a gente é muito caro que a gente possa divulgar nas redes de vocês, no site das instituições, enfim, também todas as sugestões que vocês tiverem para a nossa própria divulgação aqui pelo poder público. E, no mais, agradeço novamente a participação e acho que a gente pode encerrar a reunião. Obrigada.